

CLIPPING IMPRESSO

14/11/2019



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. ANIVERSÁRIO DO TJMA.....	1 - 2
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. CONVÊNIOS.....	3
2.2. DESEMBARGADOR.....	4

Registros históricos marcam os 206 anos do Tribunal de Justiça

A história da criação do Tribunal de Justiça do Maranhão remonta ao período colonial; a instalação da Corte maranhense será comemorada hoje, às 10h, em sessão solene, quando serão homenageadas várias personalidades

Terceira Corte de Justiça mais antiga do país, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) completou 206 anos de existência na segunda-feira, 4 de novembro. A instalação da Corte maranhense será comemorada hoje, às 10h, em sessão solene, quando serão homenageadas várias personalidades pela Corte Estadual de Justiça, com a concessão das Medalhas dos Bons Serviços Desembargador Bento Moreira Lima; Medalha do Mérito Judiciário Antonio Rodrigues Vellozo; e Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes.

A Medalha Desembargador Bento Moreira Lima é concedida aos magistrados que tiverem completado 10, 20, 30 e 40 anos de bons serviços prestados à magistratura maranhense. A Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo é concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça. Já a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes é a comenda mais alta do Poder Judiciário Maranhense.

O Tribunal de Justiça do Maranhão teve sua origem como tribunal

de apelação e remonta ao período colonial, quando o príncipe regente português Dom João VI ditava as regras da organização dos serviços judiciais em uma vasta área territorial, ainda dividida em capitanias hereditárias. Naquela época, apenas duas cortes de Justiça funcionavam no Brasil: a da Bahia (1619), a mais antiga, e a do Rio de Janeiro (1751).

A primeira jurisdicionava as capitanias do Sul e a segunda, todo o Nordeste. Em meados do século XIX, a Capitania do Maranhão reunia as vilas de Alcântara, Aldeias Altas, Vinhais, Icatu, Guimarães, Viana, Monção, Paço do Lumiar e São Luís não contava com mais de 18 mil habitantes. A Colônia passava por profundas mudanças nos campos político e econômico, notadamente em relação à administração da Justiça e o clima era de transição da condição de Brasil-corte para Brasil-reino.

Grande desafio

Segundo os registros da história, os entraves na aplicação da Justiça colonial eram um grande desafio. Além das enormes distâncias em relação à

sede administrativa da monarquia, das longas e penosas viagens por mar e terra, havia constantes intrigas entre autoridades civis, religiosas e os magistrados. Esse era o cenário existente, quando, em 28 de agosto de 1811, Dom João editou a Resolução Régia criando a Relação do Distrito de São Luís do Maranhão.

O regimento do novo colegiado foi publicado em 5 de maio de 1812 e posto em execução em 13 do mesmo mês – data natalícia do príncipe regente. Segundo esse mesmo alvará, extinguiu a Junta de Justiça, presidida pelo governador da capitania, com o auxílio do relator, do ouvidor-geral, e do juiz de fora, autoridades judiciais que cuidavam da administração local dos conflitos.

Jurisdição

A Relação do Maranhão, primeiro nome recebido pelo TJMA, exercia jurisdição sobre as comarcas do Maranhão, Pará, Rio Negro, Ceará e Piauí e de suas decisões cabia recurso à Casa de Suplicação de Lisboa, e não à Casa de Suplicação do Brasil, tribunal de terceira instância instalado

no Rio de Janeiro, sede administrativa do Brasil no período colonial, onde eram recebidas as apelações oriundas das capitanias.

O corpo funcional da Relação do Maranhão era composto pelo governador e capitão-general como presidente, que não votava nem assinava sentença; um chanceler e dez desembargadores. ●

U1VU1g4y4u



A primeira sede própria do Tribunal, que pertencia ao antigo Real Fisco; hoje, 1º Distrito de Polícia Civil da capital

Ressocialização

Recuperandas do sistema prisional trabalharão na digitalização de processos judiciais

Dez recuperandas do regime semiaberto da Unidade Prisional Feminina de São Luís (UPFem) vão trabalhar na Central de Digitalização de Processos do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). A cessão de mão de obra integra um convênio de cooperação firmado entre o Poder Judiciário do Maranhão e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). As recuperandas vão trabalhar de segunda a sexta-feira, retornando sempre no final do dia à unidade. Acompanhadas da equipe da SEAP, as recuperandas estiveram nesta terça-feira (29) na Central de Digitalização para conhecer o ambiente de trabalho e as atividades que vão executar a partir desta sexta-feira, dia 1º de novembro. No local, foram recebidas pelo corregedor-geral de Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, e pela coordenadora geral da Central e diretora do Fórum de São Luís, juíza Diva Maria de Barros Mendes. “É uma oportunidade que essas mulheres estão tendo. É também uma demonstração de que o

Judiciário e o Executivo estão unidos no propósito da verdadeira ressocialização. Estamos apenas cumprindo os princípios constitucionais da dignidade humana e da fraternidade”, afirmou o corregedor. Para a juíza Diva Maria de Barros Mendez o convênio que permite às mulheres da UPFem trabalharem na Central de Digitalização vem reforçar a harmonia entre os poderes Judiciário e Executivo. Todas as recuperandas selecionadas, segundo o gestor de Humanização Penitenciária da SEAP, Bruno Costa, passaram por avaliação da equipe multidisciplinar da secretaria e vão permanecer na central até a conclusão do trabalho de digitalização dos processos físicos. Para a recuperanda J. S., 52 anos, que cumpre pena de 6 anos e um mês, poder sair da unidade prisional para trabalhar significa dignidade e contribuir, com sua força de trabalho, com a sociedade. “Estão nos possibilitando sair do cárcere e nos dando uma nova chance”, afirmou. “Pedi tanto a Deus

essa oportunidade e não vou desperdiçar isso”, garantiu M. C. S., de 26 anos, que tem quatro filhos pequenos e cumpre pena de 5 anos e 4 meses de reclusão.

TRABALHO

A coordenadora administrativa da unidade de digitalização, Karliane Fontinele, explicou que as recuperandas vão trabalhar junto com os 10 policiais que estão atuando na Central, por meio do Termo de Cooperação Técnica assinado entre o TJMA e a Polícia Militar do Maranhão. As internas fazem a higienização dos processos; os policiais a digitalização; e os servidores do Judiciário realizam a migração para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). Desde a instalação, em setembro deste ano TJMA, até agora, a central já digitalizou cerca de 1.500 processos físicos com a migração para o PJe. Conforme Karliane Fontinele, já foi concluído o trabalho de virtualização da 9ª, 10ª e 13ª varas cíveis da capital. Até esta quarta-feira (30) termina a digitalização e migração dos processos da 11ª unidade cível. Segundo a

coordenadora administrativa, a meta é concluir a virtualização de 500 mil processos, em todo o estado, até abril de 2020, quando termina a gestão do corregedor Marcelo Carvalho.

VIRTUALIZAÇÃO

Nessa primeira fase serão atendidas as varas cíveis e a meta é que até abril do próximo ano todos os processos físicos das demais unidades (Família e Fazenda Pública) já tenham sido digitalizados e migrados para o meio eletrônico. A implantação da Central de Digitalização objetiva dar continuidade ao processo de modernização do Poder Judiciário, por meio da digitalização de processos físicos e sua migração do sistema Themis PG3 para o PJe, transformando o acervo físico em digital, para que passem a tramitar de forma exclusivamente eletrônica, agilizando o acesso e consulta a juízes, servidores e partes. O processo de trabalho da Central se desenvolve por meio de núcleos de protocolo, digitalização, migração e arquivamento.

Desembargadora Angela Salazar é eleita secretária do Cocevid

A desembargadora Angela Salazar – presidente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão – foi eleita para o cargo de secretária do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid), em São Paulo.

O Cocevid reúne as coordenadorias estaduais responsáveis, em seus Tribunais, pelo fomento de políticas institucionais contra a violência doméstica, de forma autônoma ou com órgãos municipais, estaduais ou federais, atuando sempre sob as diretrizes e as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A eleição da desembargadora do TJMA, Angela Salazar, como Secretária e da desembargadora do TJSC, Salete Sommariva, como presidente do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro, ocorreu na sequência



A desembargadora Angelar Salazar com a presidente do Cocevid, desembargadora Salete Sommariva

dos trabalhos do XI Fonavid, com a apresentação de palestras, debates e oficinas práticas para os juízes que atuam em processos de violência no âmbito das relações domésticas, afetivas ou familiares. A ideia do Cocevid é unir e fortalecer as coordenadorias estaduais das mulheres e aproximá-las do Fórum Nacional

de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid). O trabalho do Cocevid consiste na força da união pelo enfrentamento da violência contra as mulheres e da desigualdade existente nos direitos humanos das mulheres.